

PSICOLOGIA NA AMÉRICA LATINA E A QUESTÃO DO RACISMO COMO GOVERNAMENTALIDADE: PISTAS INICIAIS DE UMA PESQUISA DOCUMENTAL

PSYCHOLOGY IN LATIN AMERICA AND THE ISSUE OF RACISM AS GOVERNMENTALITY: INITIAL OF A DOCUMENTAL RESEARCH

LA PSICOLOGÍA EN AMÉRICA LATINA Y EL TEMA DEL RACISMO COMO GUBERNAMENTALIDAD: PISTAS INICIALES DE UNA INVESTIGACIÓN DOCUMENTAL

André Benassuly Arruda¹

<http://lattes.cnpq.br/6322978880164932>

<http://orcid.org/0000-0002-1687-5640>

Flávia Cristina Silveira Lemos²

<http://lattes.cnpq.br/8132595498104759>

<http://orcid.org/0000-0002-6601-0653>

Bruno Jay Mercês de Lima³

<http://lattes.cnpq.br/6636323165033234>

<https://orcid.org/0000-0002-9924-7315>

Leticia Lages Assunção⁴

<http://lattes.cnpq/164632457012821>

<https://orcid.org/0000-0001-9424-7546>

Lucíola Santana Pastana Silva⁵

<http://lattes.cnpq/1644084940476137>

<http://orcid.org/0000-0003-1781-9613>

Recebido em: 02/10/2021

Aceito em: 26/03/2022

RESUMO: Este artigo visa pensar a governamentalidade do racismo sob a perspectiva de governo da Psicologia na América Latina, sobretudo, no campo de alguns estudos a partir de Michel Foucault e da História Cultural na interface com a regulação profissional da Psicologia no Sistema Conselhos, ou seja, no âmbito ético-legal do exercício profissional. Busca-se analisar a gestão biopolítica e por meio de mecanismos de segurança pela Psicologia na relação com a temática do racismo e os efeitos destes planos políticos na sociedade contemporânea, em especial, brasileira, na materialidade dos trabalhos a respeito da governamentalidade neoliberal. Por fim, apostase na

¹ Psicólogo/UNAMA; Mestre em Psicologia/UFPA; Doutorando em Psicologia/UFPA. E-mail: andre.arruda@gmail.com

² Psicóloga/UNESP; Mestre em Psicologia Social/UNESP; Doutora em História Cultural/UNESP; Pós-doutora em Psicologia/UFF. Professora associada IV de Psicologia Social/UFPA. Bolsista de Produtividade de Pesquisa CNPQ-pQ2. E-mail: flaviacslemos@gmail.com

³ Psicológico/UFPA; Enfermeiro/UEPA; Mestre e Doutor em Psicologia/UFPA. Professor de Psicologia na Estácio de Ananindeua/PA e na UEPA/PA. E-mail: bruno_lima@hotmail.com

⁴ Filósofa/UEPA; Mestranda em Psicologia/UFPA. E-mail: leticialages97@gmail.com

⁵ Psicóloga/UNAMA; Mestranda em Psicologia/UFPA. E-mail: luciolasantanapa@gmail.com

interrogação das práticas sociais de resistências à biopolítica por meio de estudos a respeito da governamentalidade em interface com a biopolítica na relação psicologia e racismo.

Palavras-chave: Psicologia; Racismo; Governamentalidade; História; Foucault.

ABSTRACT: This article to think about the governmentality of racism from the perspective of the government of Psychology in Latin America, especially in the field of some studies from Michel Foucault and Cultural History in the connections with the professional regulation of Psychology in the Consels Systems, that is, in the ethical scope -legal professional practice. It seeks to analyze the biopolitical management and through security mechanisms by Psychology in relation to the theme of racism and the effects of these political plans in contemporary society, especially in Brazil, in the materiality of works regarding neoliberal governmentality. Finally, we bet on the interrogation of social practices of resistance to biopolitics through studies on governmentality in interface with biopolitics in the relationship between psychology and racism.

Key-words: Psychology; Racism; Governmentality; History; Foucault.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo pensar la gubernamentalidad del racismo en la perspectiva del gobierno de la Psicología en América Latina, especialmente en el campo de algunos estudios de Michel Foucault y la Historia Cultural en la interfaz con la regulación profesional de la Psicología en el Sistema de Consejos, que es decir, dentro del ámbito ético-legal del ejercicio profesional. Busca analizar la gestión biopolítica ya través de mecanismos de seguridad por parte de la Psicología en relación al tema del racismo y los efectos de esos planes políticos en la sociedad contemporánea, especialmente en Brasil, en la materialidad de los trabajos sobre la gubernamentalidad neoliberal. Finalmente, nos enfocamos en el cuestionamiento de las prácticas sociales de resistencia a la biopolítica a través de estudios sobre la gubernamentalidad en interfaz con la biopolítica en la relación entre psicología y racismo.

Palabras clave: Psicología; Racismo; Gubernamentalidad; Historia; Foucault.

INTRODUÇÃO

Busca-se com este artigo pensar alguns elementos metodológicos de uma pesquisa com ferramentas analíticas de uma história documental, em conversações com a governamentalidade e racismo, na interface com a Psicologia na América Latina. Parte-se de contribuições de Michel Foucault e da História Cultural como eixos analíticos e metodológicos bem como dos trabalhos de Martin-Baró, Cecília Coimbra, Maria Aparecida Bento.

O psicólogo Martin-Baró, em um texto de 1989, intitulado “Psicologia Política Latino-Americana”, sintetizou as questões centrais para a construção de uma Psicologia na América-Latina implicada com as problemáticas políticas dos povos desta região. Atento para os contextos que se apresentavam ao “querer fazer” de psicólogos(as), lançou no seu texto um questionamento sobre os desafios a serem enfrentados e afirmou que suas práticas profissionais eram indissociáveis da reflexão política da Psicologia, seus axiomas e técnicas. No bojo desta preocupação, perguntou: “o que pode a psicologia contribuir para a resolução

dos problemas do povo colombiano?” e para “qual os impactos tem o nosso ‘quer fazer’ na configuração de nossa sociedade?”. E, ao realizar estes questionamentos, enfatizou quais as relações entre Psicologia e poder, definindo os caminhos de pesquisa não apenas para a Psicologia produzida na Colômbia, mas para pesquisadores(as) latino-americanos(as) que se debruçam sobre estas inquietações (MARTIN-BARÓ, 2013).

A escrita deste texto é atravessada em toda a sua extensão por esta perspectiva de análise e busca contribuir para a problematização das relações de poder e saber que perpassam a Psicologia brasileira na relação com a Psicologia Latino-americana, tendo como recorte de análise as relações entre o Sistema Conselhos de Psicologia e a problemática do racismo. Este tema é cada vez mais politicamente necessário de ser trabalhado e enfrentado, diante das forças conservadoras que se demonstram intensificadas e atualizadas no Brasil contemporâneo, ampliando as desigualdades sociais ao mesmo tempo que provocam subjetivações intolerantes às diferenças e impermeáveis à alteridade e ao exercício das liberdades singularizadoras. Inúmeras pesquisas argumentam que o cerne das práticas de resistência às desigualdades e intolerâncias no Brasil deve ser o combate ao racismo (MUNANGA, 1996; SANTOS, 2015); pela importância estratégica que possui nos dispositivos de assujeitamento que caracterizam a modernidade (GROSFOGUEL, 2008).

Nesta perspectiva, as análises da construção da Psicologia na América-Latina, seus percursos e desafios apontaram para noções de um duplo movimento das suas políticas: em seus principais domínios, os cientistas da psicologia contribuíram na “[...] a articulação justificadora dos interesses das classes dominantes [...]” e; nas suas áreas consideradas mais periféricas se constituíram forças voltadas para “[...] o desmonte questionador da ordem sociopolítica estabelecida” (MARTIN-BARÓ, 2013, p. 598).

PSICOLOGIA E RACISMOS: NA LUTA CONTRA OS PACTOS DE BRANQUITUDEN

No panorama da “política da psicologia”, apresentam-se práticas alinhadas aos interesses políticos majoritários, produzindo efeitos como: (1) o escamoteamento das funções seletivas e hierárquicas das instituições onde a psicologia estava inserida dado seu enraizamento em estruturas socioeconômicas discriminantes; o (2) reducionismo dos conflitos resultantes das questões estruturais em questões pessoais ou interpessoais promovendo modelos culpabilizantes e assujeitadores; e (3) a psicologização dos sofrimentos psíquicos por não os relacionar com a realidade social, produzindo uma concepção de normalidade que “avaliava a ordem social estabelecida” quando “aceitou como critério de normalidade a adaptação ao meio” (MARTIN-BARÓ, 2013, p. 559).

Esta forma de política da Psicologia presente nos países latino-americanos contribuiu para o aprofundamento dos conflitos raciais no Brasil. Portanto, é necessário denunciar que estas práticas da Psicologia se acoplam às formas peculiares de racismo no Brasil, acopladas às colonialidades e aos dispositivos de controle (FOUCAULT, 2000). A negação da relação entre subjetividade e os aspectos histórico-políticos que lhe atravessam em sua constituição e a valorização de componentes intrapsicológicos, tão presentes no período de psicologização das sociedades latino-americanas nas décadas de 70 e 80 do século XX (COIMBRA, 2003), contribuíram para a sustentação e justificação daquilo que ficou conhecido como o “mito da democracia racial brasileira”, na medida que esta é uma forma

de “[...] escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história e transformá-la em ‘natureza’[...]. Enquanto produto econômico-político, o mito é um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação” (SOUZA, 1983, p. 25). Tal como nas práticas psicologizantes da Psicologia, os saberes em torno do “mito da democracia racial” permitem que determinados grupos invisibilizem as desigualdades estruturalmente organizadas no intuito de bloquear as possibilidades de resistências aos sutis mecanismos de exclusão social e viabilizar a culpabilização das condições precárias de existência aos sujeitos que as vivenciam.

Neste apanhado sobre alguns processos de subjetivação ligados ao Brasil e racismo na interface com a América Latina, mais um elemento é digno de nota: a questão do racismo de Estado e de sociedade (FOUCAULT, 2010). As práticas de psicologização dos conflitos sociais de grandes parcelas da população por meio das rationalizações do “mito da democracia racial” atrelam-se eficazmente aos regimes de distribuição da morte, moduladas pelo “fazer viver e deixar morrer”, em uma grade de inteligibilidade do racismo como gestão da população em aspectos de mortificação e hierarquização dos corpos, grupos, segmentos e camadas sociais (RIBEIRO, 2019). Nesses termos, o racismo opera como mecanismo de perpetuação das relações colonialidade na sociedade contemporânea de poder, no Brasil, mantendo os seguintes aspectos: naturalização da violência, objetificação, discriminação e extermínio dos corpos negros e as mais variadas práticas de submissão aos corpos considerados brancos (STREVA, 2017).

Retornando as considerações sobre as relações de poder e saber que atravessavam as políticas da Psicologia da América-Latina escritos por Martín-Baró é necessário situar que ocorreram no mesmo período em que, após o fim da Ditadura Militar, em 1985 e o processo da redemocratização do país, acontecimentos significativos estavam se estabelecendo na Psicologia brasileira, portanto, nos fornecem parâmetros gerais da época no continente sul-americano para se pensar os seus efeitos na constituição das atualizações e descontinuidades relacionadas à Psicologia e as suas relações com a temática do racismo.

É neste período no Brasil que emerge, dadas as mudanças no ambiente político, uma profusão de críticas sobre o caráter elitista e assujeitador da Psicologia, além da relevância de pensar a construção de teorias e técnicas que possibilitessem uma Psicologia socialmente comprometida com as agendas dos movimentos sociais e as pautas de democratização da cultura política, no plano macropolítico e na dimensão micro também (BOCK, 1999).

Com a implementação de determinados direitos humanos, das liberdades democráticas e retorno das instituições mediadoras, como: os partidos políticos, da sociedade civil nos canais de participação social restabelecidos no país, foi aprovado o Novo Código de Ética Profissional, de 1987, definindo as responsabilidades, direitos e deveres de psicólogos(as) de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No ano seguinte, o Conselho Consultivo decidiu pela realização do Primeiro Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos. A partir de 1989, é desencadeada uma sucessão de eventos importantes para os rumos da Psicologia brasileira, tais como: o Encontro Geral de Plenárias, 1991, I Congresso Nacional Repensando a Psicologia, 1994, entre outros (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Associados a este movimento de transformação do Sistema Conselhos da Psicologia (SCP), surgem forças políticas, tanto internas como externas aos conselhos de psicologia, que esquadriharam criticamente os saberes psicológicos, por meio da sua historicização

crítica (SCARPARO e GUARESCHI, 2007). A tradicional política da Psicologia brasileira estava sendo questionada em todas as suas áreas por novas forças políticas. Este período é fundamental na história da política da Psicologia brasileira e passa a estabelecer alguns novos regimes discursivos, produzindo novas temáticas para as publicações e ações do Conselho Federal de Psicologia e para os Conselhos Regionais de Psicologia. As décadas posteriores demarcaram historicamente os movimentos de tentativa do deslocamento de uma Psicologia elitista que patologizava, criminalizava e discriminava diferentes grupos sociais, sobretudo, os que estavam em condição de vulnerabilidade por diversos processos históricos e econômicos de injustiças para uma Psicologia considerada como comprometida socialmente.

Foi neste contexto histórico que emergiram estudos na Psicologia sobre relações raciais, marcados pela concepção de raça como componente estrutural de exploração do povo negro, gerando desigualdades materiais e simbólicas. Colocava-se em xeque, deste modo, os pactos sociais de favorecimento dos privilégios de branquitude. Estudos demonstraram como negros em condições sociais iguais de brancos possuíam menos chances de ascensão social e como a questão da branquitude operava uma diminuição da hostilidade ostensiva aos grupos desvalorizados por componentes raciais. O período histórico em que a Psicologia moderna emergiu foi marcado por fortes atravessamentos racistas na sociedade, em que a raça era justificada e até naturalizada cientificamente. A partir das lutas por direitos humanos, especialmente, os civis e sociais, houve a criação de frentes amplas de busca incessante pela democratização da ciência, inclusive, de uma Psicologia como ciência e profissão. Neste caso da Psicologia brasileira, houve um desprendimento que ainda está em curso das conotações biológicas e psicologizantes do racismo, sendo que a prática cotidiana de estudos psicossociais e exercícios profissionais foi atrelada às perspectivas psicossociológicas e críticas de intenso enfrentamento às violências e violações de direitos vinculadas ao racismo (SCHUMAN e MARTINS, 2017).

A produção de estudos da Psicologia contemporânea sobre o racismo é bem mais escassa do que nas demais áreas das ciências humanas, tais como: na sociologia e antropologia (GUIMARÃES, 2003; MUNANGA, 2004). Esta constatação aponta para a permanência de pactos de branquitude ainda presentes na Psicologia brasileira e assinala para a necessidade de produção de pontos de resistência, de problematização, visibilização e produção de estudos sobre o racismo.

Esta contribui para a ampliação das possíveis articulações entre os saberes psi e as relações raciais, que promovam um aprofundamento das pesquisas, que não fazem sem provocar questionamentos e rupturas nos conhecimentos cristalizados e intensificar os processos caracterizados como de descolonização da psicologia imbuída de uma revisão crítica de seus fundamentos, contribuindo para o desenvolvimento de ferramentas conceituais e técnicas para o enfrentamento do racismo. As discussões aqui realizadas se alinham em torno do fortalecimento de pesquisas voltadas para as “viradas analíticas” em psicologia (SCHUMAN e MARTINS, 2017, p.174).

Interrogar as práticas do Sistema Conselhos de Psicologia, desenvolvidas na contemporaneidade sob a perspectiva de “viradas analíticas” afiançadoras dos desniveis nas tradicionais formas da Psicologia como ciência e profissão nos leva a buscar conversações com as teorias que criticam as colonialidades, que buscam teorizar e efetivar a descolonização dos poderes, do saberes e das subjetividades na arqueogenéalogia

foucaultiana, em sua perspectiva de insurgência dos saberes assujeitados (FOUCAULT, 2010), tendo em consideração as possibilidades de diálogo e das incompatibilidades com outras diferentes perspectivas de análises dos racismos.

O conceito de colonialidade está relacionado à relação entre passado escravista e o presente do capitalismo liberal, no qual emerge um modelo de poder racializado, resultante da vivência moderna de cunho colonial. Destarte, o período moderno da colonialidade difere-se do período da colonização, tendo em vista que implica na continuidade das formas coloniais de dominação após o fim do período tido como de colonização. Em outras palavras, a crítica colonial não se limita ao período histórico da colônia, mas faz remissão ao incessante eixo entre passado e presente, tendo em vista a continuidade das relações coloniais de poder em sociedades que se consideram, pelo menos oficialmente, como não escravistas (MBEMBE, 2018; QUIJANO 2000).

Descolonizar os saberes, significa descolonizar princípios naturalizados nos quais o conhecimento é construído. Em outras palavras, a descolonização é um projeto enraizado em histórias, experiências vividas e imperativos ético-políticos de povos colonizados. Trata-se de um projeto de crítica sistemática e de superação dos limites da modernidade (QUIJANO, 2000). De acordo Achille Mbembe (2018), as modernas relações de poder são ao mesmo tempo propulsoras de efeitos da racialização do colonialismo. O autor defende que qualquer análise histórica da emergência das modernas formas de subjetivação e do exercício da violência necessita trabalhar com as lentes para o olhar da escravização, tendo em vista que o período escravocrata pode ser considerado como uma das primeiras instâncias de experimentação da governamentalidade moderna, chamada de biopoder e que suas atualizações se encontram espraiadas nos dias atuais.

Descolonizar a ciência e, especificamente, a Psicologia, implica em dialogar com saberes vindos do Hemisfério Sul, onde uma outra historicização é narrada, outras representações de ser humano, de mundo e de subjetivações se fazem presentes. A descolonização do saber implica em valorizar a história e a epistemologia dos povos colonizados, afinal,

Que avanço o cuidado tem se não valoriza a sua terra? Como um povo poderá construir sua identidade se suas referências vêm todas de fora? Tais reflexões nos fazem repensar toda história que nos foi ensinada como a “história do mundo”, assim como repensar que modelo de subjetividade a Psicologia brasileira e latino-americana tem para compreender sua gente (MARTINS, MOREIRA, 2019).

Apesar da incorporação e produção de aportes relevantes sobre a produção de subjetividade e suas relações com os processos sócio-políticos na psicologia, encontramos uma maior rarefação de estudos que aprofundem a temática do racismo ou de outras nuances concernentes ao negro e ao branco como sujeitos políticos e suas relações nos jogos de saber-poder pela perspectiva da descolonização da Psicologia.

Para alojar e singularizar a pesquisa neste campo temático busca-se seguir as trilhas da Psicologia política de Márton-Baró, dos estudos sobre colonialidade, da história cultural e da arqueogenética de Foucault para a elaboração de algumas pistas sobre os documentos produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia em relação ao tema dos racismos no Brasil. Este trabalho é importante, pois há um esforço de pesquisar e historicizar atuações deste conselho profissional, principalmente em relação à questão do racismo e a partir dos

diálogos com os referenciais mencionados. É necessário também se levar em consideração que esta autarquia é fundamental e estratégica para a organização da Psicologia em suas facetas tanto de produção e disseminação de conhecimento como na orientação das práticas desenvolvidas pelas psicólogas e psicólogos no campo profissional.

ALGUMAS PISTAS NO DIÁLOGO COM A ARQUEOGENEALOGIA, A HISTÓRIA CULTURAL E ANÁLISE INSTITUCIONAL NA PSICOLOGIA NO DEBATE SOBRE O RACISMO

Com a promulgação da Lei nº 5.766, no ano de 1971, emerge no escopo da sociedade brasileira o Sistema Conselhos de Psicologia (SCP), composto pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e que entre as suas atribuições estão: (1) orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão; (2) definir as competências do exercício profissional, e (3) colaborar com o desenvolvimento da psicologia brasileira (CFP, 2013); o CSP se apresenta como estratégico para a problematização de práticas psicológicas relacionadas às questões sociais que foram categorizadas, a partir do século XX como, as de Direitos humanos e, entre elas, o racismo.

Na busca pela historicização dos parâmetros sobre as relações entre o Sistema Conselhos de Psicologia e a problemática do racismo identificou-se a série de Cadernos das Deliberações dos Congressos Nacionais de Psicologia (CNP): são 10 cadernos publicados de 1994 a 2019, que permitem localizar quais foram as principais diretrizes e ações políticas priorizadas a cada triênio pela categoria. O SCP afirma que este processo é amplo e democrático, podendo todos(as) os(as) psicólogos(as) participarem na definição das políticas a serem implementadas pelos Conselhos de Psicologia (CFP, 2013).

Na imersão de análise destes cadernos, constatou-se que, nas deliberações políticas da Psicologia como categoria profissional e científica de 1994 a 2006, os principais assuntos foram: regulamentação do exercício profissional; o funcionamento e atribuições dos conselhos; a formação dos cursos superiores; exigências de qualificação e espaço de atuação; a relação entre globalização e Psicologia; políticas públicas e direitos humanos. Nesta última área, as principais temáticas abordadas foram: Criança, Adolescentes e Família; Educação; Controle Social; Mulher; Segurança Pública; Reforma Psiquiátrica; Formação e Papel Social do Psicólogo.

No ano de 2007, o Caderno Deliberativo VI, denominado “Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão” surge pela primeira vez a temática racial como um tópico do eixo “Intervenção dos Psicólogos nos Sistemas Institucionais”, denominado “Psicologia e Questão Racial”. Resumindo os achados na série, a temática racial aparece novamente nos Cadernos VII, IX e X, sendo que este último número é de 2019.

Frente ao que foi descrito sobre os Cadernos de Deliberações, a temática racial no período de 1994 a 2006 foi praticamente inexistente, apesar de temáticas sociais e políticas em torno das desigualdades no Brasil estarem presentes em quase todo o período mencionado. Portanto, é a partir do ano de 2007 que as questões raciais e seus impactos na sociedade ganham maior sistematicidade e passam a estar presentes nas deliberações da classe para os planejamentos das ações do SCP.

Tendo como referência a cronologia das temáticas descritas, acima, contatou-se a existência de dois documentos sobre o racismo antes do ano de 2007, a saber: a cartilha intitulada: “Os Direitos Humanos na prática profissional dos psicólogos” de 2003, que possui um capítulo denominado “Direitos Humanos, Atuação Profissional e Relações Raciais”; e a Resolução ética N° 18/2002 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial. Este último documento é considerado por muitos pesquisadores sobre a temática como um importante documento da categoria em relação ao seu posicionamento em relação ao enfrentamento do racismo, na medida em que poucos conselhos profissionais possuem uma resolução deste tipo (SANTOS, 2015).

Entre as publicações importantes selecionadas, depois de 2007, podemos destacar que no livro: “Violência e preconceitos na escola: Contribuições da Psicologia”, de 2015, a temática do preconceito se encontra no título do documento e se relaciona com a palavra racismo, que aparece 65 vezes no documento, demonstrando que a questão está presente em seu conteúdo. Em relação aos documentos relacionados com as Referências Técnicas da categoria, foi identificado um documento onde o racismo é a temática principal intitulado: “Relações raciais: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga(o)” de 2017, considerado pela categoria como um dos importantes documentos do CFP em relação à prática de combate ao racismo (SANTOS, 2015).

Salienta-se também que nos últimos 03 anos houve uma intensificação de publicações tanto pelo CFP, quanto pelos CRPs a respeito do racismo. Os últimos números da revista promovida pelo CFP, avaliada como A2 nacional no Qualis-CAPES: “Psicologia: Ciência e Profissão”, estão recheados de artigos sobre racismo, destacando-se o número especial “Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural, publicado em 2019. Já, os CRPs de São Paulo, Rio Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná, para ficar em alguns exemplos, produziram várias publicações entre as relações da Psicologia com o enfrentamento ao racismo pela categoria profissional.

Partindo dessas caracterizações iniciais de alguns documentos do Sistema Conselhos, considera-se necessário demarcar determinados movimentos históricos que ajudam na estruturação da problemática investigada.

Segundo Santos et al. (2012), desde a década de 30, no século XX, em um período que se estende até os anos 50, a temática do racismo como construção sociocultural das diferenças, possuía algumas publicações na Psicologia. A partir da década de 1980, o enfoque dos trabalhos é concentrado nos efeitos psicosociais do racismo (SCHUCMAN e Martins, 2017). Os anos 90 foram marcados pelos estudos acadêmicos sobre as relações raciais com foco nos temas do branqueamento e branquitude (SANTOS et al., 2012). Já, no período de 2000 a 2009, Martins et al. (2013) demonstra que foram publicados 229 artigos científicos relacionados a temas, tais como: a violência psicológica do preconceito e do racismo; o legado social do branqueamento e seus efeitos psicosociais sobre a identidade étnico-racial de negros e brancos; e o monitoramento dos efeitos das políticas e dos programas de promoção da igualdade étnico-racial.

Constata-se, portanto, um descompasso entre a produção acadêmica no século XX e o início das produções pelo Conselho Federal de Psicologia em 2007, sinalizando que os espaços legitimados de produção de saberes e práticas psicológicas e, portanto, das posições

de sujeitos aí implicados operam diferenças nas produções e divulgações de discursos, apesar de se localizarem em torno de uma mesma disciplina, a Psicologia.

Estas pistas instigam a análise de como estas relações entre o Sistema Conselhos e a necessidade de construir e divulgar parâmetros teóricos e profissionais para se lidar com os problemas sociais que se apresentavam, em um momento em que a categoria definia para si a necessidade de desenvolver uma Psicologia compromissada social e politicamente e, que neste processo, entre a miríade de temáticas que foram enquadradas na generalista categoria de “Direitos Humanos”, o racismo foi um dos últimos temas abordados. Logo, interessa questionar como, a partir de 2007, o Sistema Conselhos de Psicologia construiu suas práticas discursivas conexas ao racismo, na especificidade das suas publicações sobre o tema e os como os diferentes saberes relacionados foram utilizados neste processo.

Neste sentido, a disciplina, apesar de serem definidas por um domínio de objetos construídos e de um conjunto de métodos elaborados, grupos, de definições consideradas verdadeiras e compartilhadas por seus membros, também “[...] constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor” (FOUCAULT, 2009, p. 30). A disciplina possibilita, a quem dela se utiliza, formula proposições singulares no acontecimento onde estão dispostas e ela mesma não é um todo harmônico totalizante e fechado, possuindo séries heterogêneas, conflituosas em sua constituição, situação especialmente característica do campo dos saberes psicológicos, por exemplo.

Os lugares institucionais e as posições de sujeitos daí derivadas também implicam nos objetivos aos quais estes discursos se destinam, demarcando os gêneros literários e as modalidades de publicação possíveis. Existem diferenças nas regras discursivas presentes nas universidades e nos Conselhos profissionais, mesmo que no primeiro caso seja constantemente convocado para contribuir com as publicações do segundo e se ocupe de lugares institucionais neste segundo. Diferentemente das escritas produzidas nos ambientes universitários, a posição institucional do Sistema Conselhos de Psicologia impõe léxicos mais prescritivos e normativos destinados à prática profissional, diferenciando seus enunciados em relação às outras utilizações da disciplina psicológica, em torno de diretrizes, manuais, referências técnicas e éticas. Uma questão pode ser saber como essas prescrições e essas técnicas se inserem na problemática do racismo e quais seus efeitos.

Historicamente, as Psicologias modernas sempre buscaram produzir modos de pensar e agir, forjando tanto individualidades como coletividades, sendo esses os sustentáculos e efeitos imanentes das governamentalidades liberais e neoliberais, os quais são passíveis de serem pesquisados por meio dos documentos produzidos e arquivados. Portanto, os documentos vêm ganhando cada vez mais importância nas pesquisas sobre os saberes das ciências humanas em sua faceta intervintiva, haja vista que nos apresentam séries de prescrições, normativas legais e normalizações orientadoras de processos de subjetivação e suas correlatas práticas sociais, políticas, econômicas, etc. (LEMOS et al., 2015)

A partir das contribuições de Roger Chartier para o campo da História Cultural, pode-se considerar os documentos produzidos pelo SCP, como objetos culturais que emergiram da relação interativa e intrínseca entre as práticas e representações que atravessam e são produzidas pelos membros destas organizações, isto é, com os correspondentes “modos de fazer” e “modos de ver” do psicólogos organizados em torno das

entidades representativas de classe em torno das questões que são consideradas pertinentes para a psicologia brasileira.

Estes produtos culturais que se apresentam em formas de livros, cartilhas, referências, cadernos diretrizes, etc. são objetos culturais e para suas produções são mobilizadas, organizadas e sintetizadas determinadas representações envolvidas em campos comumente denominados como “relações raciais”, “formação antirracista” e “racismo” em suas interfaces com os campos teóricos e de atuação dos psicólogos. Estes objetos culturais finalizados, por sua vez, irão difundir estas representações em outros círculos sociais que lhes são vizinhos e contribuirão para a formação de novas práticas (BARROS, 2003).

Mas também é necessário levar em consideração que as publicações do Sistema Conselhos de Psicologia não devem ser concebidas como práticas isoladas, no sentido de que eles se bastam e se encerram em si mesmos neste circuito institucional, pois tal como Foucault (2009) afirma “[...] as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas” (p.25-26). Todo livro, manual, diretrizes escritos para um determinado fim específico não deixa de ser um sistema de remissão a outros escritos que constituem redes de políticas de subjetivação, com determinados fins.

Ainda, pela perspectiva da história cultural, a pesquisa documental precisa levar em consideração, que os discursos possuem regras de produção, de circulação, de recepção vinculados às formas de poder, espaços de legitimação e autorização específicos. Neste sentido, nenhum documento deve ser analisado isoladamente, uma vez que as práticas discursivas são vizinhas e estão correlacionadas, não operando isoladamente, devendo ser interrogados nesses funcionamentos, afinal “[...] todo discurso tem uma relação de coexistência com outros discursos com os quais partilha enunciados, conceitos, objetivos, estratégias, formando séries que devem ser analisadas” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 235).

Para Farge (2011), os documentos são diagramas, isto é, um conjunto de linhas de forças que são entrecruzadas, móveis e distintas, resultando em configurações singulares, múltiplas e heterogêneas; os arquivos são efeitos das disputas de forças das relações entre saber, poder e subjetivação e os enunciados estão relacionados com as lutas de criação da existência e estes podem ser lidos por meio de táticas descritivas e analíticas presentes em diversos campos conceituais, mas que se avizinharam.

Neste sentido, é preciso também ter em conta que após o processo de instituição dos Conselhos Federal e Regional da profissão, em 1973, surgiram novas forças políticas, entre as décadas de 1980 e 1990 que esquadriharam criticamente os saberes psicológicos, problematizando suas constituições e as políticas de subjetivações. O acontecimento em tela esteve marcado pelo questionamento de uma parcela significativa da categoria sobre o papel e a responsabilidade social da Psicologia diante dos desafios sociais e políticos que a realidade brasileira apresentava, a partir daquele momento (SCARPARO et al., 2007). Nos interessa problematizar quais foram os efeitos dessas críticas nos campos científicos e profissionais da Psicologia e quais são seus efeitos no SCP e na sua forma de organizar sua produção em torno da temática dos Direitos Humanos a partir da problemática do racismo.

A partir da posição institucional de classe e das posições dos sujeitos aí inseridos que sofrem pressões de ordens dos discursos que buscam enquadrar o que se pode pronunciar e o que não se pode, buscando determinar o que pode ser considerado como falso e verdadeiro e que possuem legitimidade frente à comunidade científica e/ou ao corpo social, em geral, a investigação sobre como estas práticas atravessam as tentativas de modificação do instituído

pelas forças instituintes, permitem fazer mapeamentos e panoramas das configurações dos diagramas de forças em nossa sociedade. Mesmo que, em momentâneos parciais, estas cartografias nos ajudam a pensar os processos de resistências e de desterritorializações. Coaduna-se com a perspectiva foucaultiana ao se considerar que os discursos como uma série de acontecimentos heterogêneos que se atrelam, capturam, transgridem, dissimulam e legitimam os sistemas econômicos, políticos e institucionais (FOUCAULT, 2009).

Os livros, cartilhas, referências, cadernos, diretrizes, etc. são objetos culturais e para suas produções são mobilizadas, organizadas e sintetizadas determinadas representações envolvidas em campos comumente denominados como “relações raciais”, “formação antirracista” e “racismo” em suas interfaces com os campos teóricos e de atuação dos psicólogos. Estes objetos culturais finalizados, por sua vez, irão difundir estas representações, em outros círculos sociais que se avizinham, e contribuirão ou não para a consolidação e/ou formação de novas práticas (BARROS, 2003).

A história cultural argumenta que no processo de se debruçar analiticamente sobre estas fontes, é preciso levar em consideração que, quando os autores, as comissões de elaboração, os colaboradores e especialistas desenvolvem os textos, eles também são atravessados pelas representações do que devem ser um livro, uma cartilha, uma referência técnica, etc., bem como as representações referentes aos gêneros literários no qual se conformaram as suas obras e as representações sobre o que deve ser dito ou não dito sobre o tema em questão; sem deixar de levar em consideração que novas representações também podem ser divulgadas, ou até mesmo criadas (BARROS, 2003).

Estas pistas iniciais apontam para a necessidade de busca dos reais desníveis, rupturas, descontinuidades que as práticas discursivas do SCP efetivamente realizaram em relação às práticas despolitizadas e psicologizantes dos conflitos sociais da tradicional Psicologia brasileira, alinhada aos interesses políticos e econômicos do período ditatorial. Instiga-nos problematizar, mais especificamente, em até que nível os novos discursos sobre as relações entre a Psicologia e o racismo e que se apresentam como desestabilizadores das práticas tradicionais da área estão questionando os seus fundamentos centrais e, por outro lado, como as teorias sobre o racismo, estão produzindo deslocamentos no campo dos saberes psicológicos.

Ainda é preciso levar em consideração que a confrontação do instituído pelas forças instituintes podem criar novos perigos. As rupturas não são integrais, são processualidades que, ao invés de romperem integralmente com o instituído, também são as condições para a atualização das forças. Os novos campos de forças não estão totalmente desvinculados do diagrama anterior (DELEUZE, 1992). Neste sentido, a colonialidade se atualiza nos processos de descolonização. Ao se buscar novas possibilidades para a Psicologia surgem novos riscos e perigos.

As questões suscitadas nesta parte do texto deixam explícitas as relações intrínsecas entre as relações de poder e a produção de saberes e suas implicações para a análise documental. Ao interrogar criticamente as publicações dos Conselhos de Psicologia, não basta a simples identificação das regularidades discursivas e a análise da utilização dos conceitos em uma espécie de comparação lógica com as matrizes possíveis de onde foram retiradas, o objetivo não é uma análise encerrada no campo das ideias. É necessário interrogar como, nas relações políticas em que estes conselhos estão inseridos há a possibilidade da utilização das regras de verdade sancionadas pelo dispositivo de segurança aos quais os Conselhos são

atravessados e se há a presença de forças heterogêneas que tensionam estes atravessamentos e quais são seus efeitos deste processo instituído-instituinte. O próximo tópico busca localizar alguns aspectos deste diagrama de força que possibilitem a análise documental crítica a partir da configuração da analítica proposta.

A PSICOLOGIA, O SISTEMA CONSELHO DE PSICOLOGIA E A GOVERNAMENTALIDADE LIBERAL E NEOLIBERAL: EFEITOS SOB A GESTÃO DO RACISMO

Seguindo as pesquisas realizadas por Rose (1998), considera-se que a Psicologia, como disciplina científica, ao invés de ser uma ciência neutra e, portanto, autônoma em relação aos objetivos do Estado e de formas outras de relações de poder, é encarada como um conjunto de tecnologias atreladas aos dispositivos contemporâneos de gestão da vida privada e pública e que caracterizam as formas peculiares de governamentalidade na modernidade.

Foucault problematiza as práticas de governo como "a maneira meditada de fazer o melhor governo e [...] sobre a melhor forma possível de governar" (2004), p.17). Neste sentido discursa sobre a governamentalidade como "maneira de condução da conduta dos homens (p.208). Tendo em vista cartografias do poder delineadas em torno das sociedades disciplinares e biopolíticas, a governamentalidade estaria relacionada, portanto, como formas de gestão da vida do indivíduo, mas também da população.

É no marco dos governos liberais do século XVIII e XIX que surge a psicologia moderna. Foucault problematizou estas formas de governo como práticas não mais imbricadas unicamente a uma lógica estatal que se faz presente em todas as áreas de sua população, em prol da regulamentação através do mercado e da sociedade civil. Neste processo, já no século XX, o mercado deixa de ser o campo que funcionava como instrumento crítico da lógica estatizante, para se estabelecer como a própria racionalidade deste, atravessando todos os outros domínios, tais como, e são exemplos dados por Foucault em "Nascimento da Biopolítica" (2008), o indivíduo, a família, a natalidade, a delinquência e a política penal. O mercado como princípio do governo liberal implica na contraposição da intervenção estatal nestas múltiplas dimensões da vida social através da noção de que os processos sociais possuem uma natureza que se regularia por si mesma. Neste sentido, "[...] a liberdade não é tomada mais como simples direito dos indivíduos, mas como condição para governar. a liberdade aqui não é tanto ideológica, mas técnica de governo (FERREIRA, 2009, p.65)

Segundo Foucault (2004), as formas liberais de governo no século XVIII estavam envoltas no debate entre os inconvenientes de se governar demais e os de não se governar suficientemente. Para Rose (1998), é nestas peculiaridades programáticas de um governo liberal que as ciências psicológicas viriam a desempenhar um papel importante, principalmente a partir do século XIX. Estas ciências modernas estavam relacionadas a uma vontade de saber das estratégias de governo dos sujeitos como "cidadão responsáveis, porém livres" (ROSE, 1998, p.69)

Nesta grade de inteligibilidade é possível articular as práticas da psicologia com as artes do governo no século XX. Rose (1998) aponta que esta articulação se deu de duas maneiras. A primeira diz respeitos às técnicas de inscrição, possibilitando o acesso às subjetividades. A segunda, relaciona-se com as práticas de condução das condutas para além do controle coercitivo disciplinar normalizante, modulando subjetivações através dos espectros das

liberdades, inspirando os corpos a serem empreendedores de si mesmo, fazendo-os escolherem, no espectro da liberdade própria, as melhores técnicas, entre muitas de um grande portfólio oferecido no mercado, para maximização de competências, habilidades e adaptações necessárias ao perfil do trabalhador liberal.

No século XX, a Psicologia se autodenominou como uma “ciência da democracia” devido ao desenvolvimento de instrumentos capazes de inscrever e traduzir a subjetividade em uma tecnologia que uniu a vontade dos cidadão com às decisões das autoridades pela elaboração e aplicação do conceito de atitude que interligou os processos internos cognitivos dos sujeitos e com suas condutas externas, objetivando uma inteligibilidade e previsibilidade destas e traduzidas nas pesquisas de opinião, emergindo uma cultura em torno da opinião pública. A formulação das tecnologias de objetivação da opinião pública permitiu o mapeamento do mundo subjetivo dos cidadãos e sua tradução quantitativa possibilitando a formulação de práticas em torno dos indivíduos governados através de seu consentimento.

O argumento de Rose (1998) sobre cidadãos "governados através de seu consentimento", possibilita uma análise, por exemplo, do caso atual das políticas de privacidade do Google, onde os indivíduos possuem a liberdade ou não de ter suas vidas esquadrinhadas pelos ínfimos registros de suas atividades de leitura, escrita e oralidade, bem como seus padrões de locomoção no intuito de identificar e predizer desejos traduzidos em peças de propaganda personalizadas capazes de influenciar potencialmente seus comportamentos como consumidores.

Por mais que as Psicologias estejam historicamente presentes nos governos antidemocráticos é nas sociedades liberais que elas realmente se multiplicam e se fortalecem como pontos fundamentais dos dispositivos de governo, na medida em que estas articulam o previsto direito de liberdade com o controle justificado como necessário para que as supostas naturezas possam fluir sem obstáculos. O governo neoliberal dos outros incita os cidadãos livres a governar a si mesmos como livres, mas também com responsabilidade, ou seja, dentro da liberdade individual de cada um, seu limite é a sua prudência, inserida, por sua vez, em sua própria natureza psicológica (ROSE, 1998). Temos aqui, uma espécie de liberdade autoregulatória pela própria natureza da liberdade. A Psicologia encontra lugar em tais regimes, pois os indivíduos devem ser governados não de forma autoritária, mas com base em julgamentos que visam objetividade, neutralidade e efetividade, estando de acordo com os ideais de liberdade, igualdade e poder legitimado. A orientação dos indivíduos é objeto dos “especialistas da subjetividade” que transpõem as questões da vida em questões técnicas com o objetivo de aumentar a 'qualidade de vida'

As formas de liberdade que nós vivemos hoje estão intimamente ligadas a um regime de individualização no qual os sujeitos não são meramente ‘livres para escolher’, mas são obrigados a serem livres, ainda que sejam controlados pela norma, pelas responsabilidades e pelas suas próprias naturezas (FERREIRA, 2009. p.68-69).

Os sujeitos são obrigados a serem ‘livres’, a interpretar sua existência como o resultado das escolhas que eles fazem dentre uma pluralidade de alternativas. A vida familiar, o ato de ter filhos e mesmo o trabalho não devem mais ser constrangimentos à liberdade e à autonomia: são elementos essenciais no caminho para a auto-realização. Os estilos de vida

devem ser construídos através de escolhas feitas dentre uma pluralidade de alternativas, cada qual devendo ser legitimada em termos de escolha pessoal (ROSE, 1998).

A Psicologia contribui na arte de "condução da conduta alheia" contemporânea, na medida que na gestão das liberdades individuais e coletivas permite a utilização de tecnologias de esmiuçamento das variáveis da vida dos indivíduos e das populações através da objetivação dos construtos subjetivos de avaliação, tanto de forma atomizada (memória, atenção, percepção, emoções, vontade, etc.) como agrupadas em tornos de questões mais complexas no construto denominado de personalidade e seus transtornos (atualmente denominados como histriônicos, antissocial, esquiva, bourderline, etc) através da produção de testes psicológicos psicométricos e projetivos. Produtoras de uma série de tecnologias discursivas e não-discursivas, as Psicologias, além de esquadriñhar e intervir na vida subjetiva dos indivíduos e populações, ela busca incitar mecanismos de autogoverno.

Nesta última dimensão da governamentalidade, um lócus privilegiado da gestão neoliberal pela modulação da liberdade se faz presente, na medida em que esses saberes são internalizados pelos sujeitos e passam a fazer parte do seus “eus” considerados, por sua vez, como substâncias próprias dos sujeitos e, portanto como escolhas pessoais dissociadas dos determinantes históricos.

O “eu” valorizado desde o liberalismo como essência própria do indivíduo não lhe permite problematizar sua própria identidade como uma síntese ilusória dos jogos de poder que lhe atravessaram em todo seu desenvolvimento. O subjetivo não é percebido como constituído nos assujeitamentos e negociações realizadas no interior dos jogos de poder dos quais participa. As escolhas são vistas como próprias do eu e como reflexos direto da sua própria essência que as colocariam no campo das liberdades individuais.

Seus valores e procedimentos [da psicologia] libertam as técnicas de auto-regulação de seus resíduos disciplinares e moralistas, enfatizando que o trabalho sobre o self e sobre as suas relações com os outros é de interesse para o desenvolvimento pessoal, devendo ser um compromisso individual. Elas fornecem linguagens de auto-interpretação, critérios de auto-avaliação e tecnologias para auto-retificação, transformando existência numa questão de pensamento, numa questão profundamente psicológica, tornando o nosso auto-governo uma questão de escolha e de liberdade (ROSE, 1998, p.78-79).

As considerações sobre as relações dos saberes e práticas psicológicas com as artes liberais e neoliberais de governo possibilitam pistas importantes sobre a o tipo de análise documental crítica que se propõe neste texto. Indica que, ao problematizar dos documentos produzidos pelo SCP de combate ao racismo na psicologia, é necessário estar atento aos atravessamentos possíveis destas formas de governamentalidade. Quais são as possibilidades de problematização destas publicações pela grade de inteligibilidade da governamentalidade? Estas publicações visam produzir a autorregulação nos profissionais da psicologia pela modulação da liberdade, ou seja, estimulam o psicólogo a "escolher" uma conduta profissional não racista, associando esta escolha uma escolha natural de autodesenvolvimento do que pelo simples viés da proibição legal e quais são os possíveis objetivos e efeitos dessas estratégias? Como os saberes psicológicos atrelados aos modos liberais de governo estabelecem discursos antirracistas? Como saberes pós-coloniais, decoloniais, críticos do capitalismo como forma de poder colonial são acoplados aos saberes

psicológicos formulados nos modos liberais de governo? Como a classe (população) de psicólogos é gerida por meio de suas liberdades (cíveis e profissionais) em relação a questões éticas e legais relacionadas ao racismo no Brasil? Os documentos produzidos pelo sistema conselhos são documentos de governamentalidade neoliberais ou são práticas de resistência a esse sistema? Os documentos são atravessados simultaneamente por esses dois campos? As publicações do SCP são forças instituintes? Nestas forças instituintes que novos perigos elas carregam?

Como os saberes psicológicos atrelados aos modos liberais de governo estabelecem discursos antirascistas? Como saberes pós-coloniais, decoloniais, críticos do capitalismo como forma de poder colonial são acoplados aos saberes psicológicos formulados nos modos liberais de governo? De que maneira é possível problematizar o combate ao racismo do CFP pela chave do empreendedorismo de si na perspectiva da arte de governar neoliberal? É possível afirmar que a adoção de uma conduta não racista pode estar implicada mais com o vetor da eficácia do que sob o prisma ético? Quais são os efeitos de subjetivação das tecnologias produzidas pelo CFP na formação de uma conduta profissional não racista? Quais as relações possíveis entre produção de capital humano e combate ao racismo?

Os saberes psicológicos conjugam o autogoverno com as diretrizes políticas e econômicas através do direcionamento da autorrealização através dos "estilos de vida".

Se no século XIX o mote central da psicologia foi a questão do indivíduo normal e disciplinado. Nos dias atuais o mundo psi está voltado para a elaboração de complexas técnicas de avaliação psicológica e terapêuticas pelas quais os mais diversos setores da psicologia do cotidiano podem ser atravessados pela ética da individualidade autônoma e natural dos cidadãos. Estas técnicas buscam viabilizar o autocontrole frente as demandas laborais, cada vez mais precarizadas em termos de direitos trabalhistas entre outros motes neoliberalistas, bem como das técnicas necessárias pra administração dos efeitos nos corpos da população inerentes as forças em jogo, e que são patologizados como TDAH, Bipolaridade. Depressão, Anorexia, entre outros.

A BIOPOLÍTICA E OS ACOPLAMENTOS ENTRE PSICOLOGIA E O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA: CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Sobre estes pontos de tensionamento entre o instituído e o instituinte, continuidades e descontinuidades, potências transformadoras e limitações históricas, pesquisas que se avizinharam a esta apontam para algumas direções que devem ser levadas em consideração para os desdobramentos das análises.

Carvalho (2018) na busca pelo modo como os profissionais da psicologia se relacionam com o outro nas políticas públicas que envolvem a juventude, a pesquisa se debruçou sobre a formação em psicologia e analisou a dificuldade, ou mesmo inabilidade, em tratar em todos os âmbitos das políticas públicas, e não públicas, as temáticas referentes às relações étnico-raciais. A autora afirma que este impasse que a Psicologia enfrenta hoje é resultante do fato de ter hegemonicamente adotado apenas o paradigma moderno e sua epistemologia, que remetem a um sujeito universal. Para ela, mesmo autores que questionam a modernidade ainda falam de um certo lugar eurocêntrico. Na busca de respostas a essas questões, a

pesquisa apontou a necessidade de outras epistemologias e também da descolonização do pensamento para encontrar modos de pensar, cuidar e educar que digam dos diferentes lugares ocupados no nosso país.

O objetivo da pesquisa de Espinha (2017) foi analisar Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de cursos de Psicologia, tendo como foco as questões raciais. Ao estudar 35 PPPs, A autora constatou que o modelo de formação ofertado a partir das ênfases curriculares mantêm ainda um viés da clínica tradicional. Esta perspectiva atualiza uma visão de homem individualista, que desconsidera as problemáticas advindas da estrutura social e que produzem sofrimento psíquico. As temáticas raciais são citadas de maneira superficial e aparecem esporadicamente. Existe um silenciamento de temas que revelam contradições sociais, como, por exemplo: o racismo, a exclusão e a desigualdade. Já, as menções ligadas à etnia, à diversidade e à inclusão são citadas com mais frequência. Isso, em certa medida, revela a opção dos cursos de Psicologia por não lidar com as tensões próprias de tais problemáticas. Ao se pensar na questão racial, esse fato implica em não rever privilégios próprios da população branca (majoritária nos cursos, tanto no que diz respeito ao corpo docente quanto discente), bem como em não refletir sobre as teorias eurocêntricas.

Em outra pesquisa realizada por Damasceno (2017) a conclusão resvalou sobre a necessidade de se incluírem conteúdos sobre relações raciais na formação psicológica, de forma a habilitar o (a) profissional a identificar o racismo como determinante da saúde mental da população negra, necessitando de maior formação para o atendimento adequado a clientes negros(as). A autora concluiu que o racismo na psicologia clínica se torna presente por omissão: a invisibilização do racismo como gerador de sofrimento psicológico reverbera, por sua vez, tanto na teoria quanto no ensino-pesquisa, e retorna na prática clínica universalizante e sugere que a clínica psicológica deve rever a aplicação de forma universal das teorias, métodos e práticas criadas por e para um único grupo, autodefinido como modelo para todos os povos; é necessário que se considerem as especificidades da existência étnico-racial-cultural de cada povo.

O levantamento bibliográfico sobre o campo temático geral da Psicologia latino-americana e a historização inicial do CFP, a composição de um estado da arte das pesquisas que se avizinham a esta e a imersão exploratória inicial dos documentos do CFP fez emergir um panorama geral que apontou a possibilidade destes acontecimentos serem problematizados de forma fértil por meio dos conceitos relacionados com a questão da governamentalidade, em Foucault no que diz respeito às artes liberais de governo e as suas implicações para a gestão das liberdades, bem como os conceitos de disciplina e biopolítica, o que suscitou questionamentos como: que leitura podemos fazer do CFP em uma perspectiva do biopoder? Como os saberes psicológicos brasileiros atrelados às artes liberais de governo estabelecem discursos antirracistas e se fazem presentes nas produções do CFP? Como saberes antirracistas, descoloniais e decoloniais, críticos do capitalismo como forma de poder colonial são acoplados aos saberes psicológicos formulados nos modos liberais de governo e como estas se fazem presentes?

A Psicologia brasileira e latino-americana tem proposto uma grande e expressiva demanda de releitura e de autocritica no que tange ao fechamento em que se encerravam na modernidade e na dificuldade em enfrentar os privilégios da branquitude e os pactos com ideais liberais capitalistas, sobretudo, os de colonialidade e os vinculados aos racismos. O Sistema Conselhos de Psicologia passou somente, a partir efetivamente de 2007 a combater

o racismo com um amplo conjunto de forças e articulações políticas, acadêmicas, éticas e legais.

Vale salientar que é possível concluir que, apesar de muitos(as) conselheiros(as) e integrantes das comissões relacionadas às ações do SCP ser relacionada às universidades, ainda há um conjunto expressivo de desníveis discursivos entre Conselhos profissionais de Psicologia e universidades face ao currículo de formação da Psicologia brasileira.

Por fim, é relevante destacar o quanto o individualismo e culpabilização da sociedade capitalista neoliberal, especialmente, vem se materializando nas práticas psicológicas recorrentemente com fins de manutenção de pactos reprodutores de privilégios e desigualdades. Portanto, resistências são necessárias e relevantes para a fabricação de alianças que possibilitem rupturas com o racismo e outras práticas de colonialidades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr., D. M. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: LUCA, T. R. de; PINSKY, C. B. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 223-250
- BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 4, n. 2, pp. 315-329, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200008&lng=en&nrm=iso. acesso em 03 de novembro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>.
- COIMBRA, C.; LEITAO, M. B. S. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. Psicol. Soc. , Porto Alegre, v. 15, n. 2, pág. 6-17,dezembro de 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200002&lng=en&nrm=iso . acesso em 27 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200002>
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 018/2002, de 19 de dezembro de 2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, DF: o autor, 2002
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Caderno de Deliberações do VIII CNP. Brasília,DF: o autor. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/M_inutaCadernodelibera%C3%A7oes14.08.pdf, 2013
- DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 38, n. 3, pág. 450-464, setembro de 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893201800300450&lng=en&nrm=iso . acesso em 26 de outubro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-37030003262017>.
- FARGE, A. *Lugares para a história*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2011
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979

LEMOS, F. C. S. et al. Psicologia Social, História Cultural e Filosofia da Diferença: uma análise documental. *Quaderns de Psicologia*, [S1], v. 17, n. 2 P. 37-45, nov. 2015.ISSN2014-4520. Disponível em: <<https://www.quadernsdepsicologia.com/article/view/v17-n2-silveira-galindo-farias-et-al>>. Data de acesso: 13 out. 2020. Doi: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1297>

LEMOS, F. C. S.; CARDOSO JUNIOR, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, pág. 353-357, dezembro de 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822009000300008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 de outubro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300008>

MARTINS, E.; SANTOS, A. de O. dos; COLOSSO, M. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 118-133, dez. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872013000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 out. 2020

MARTINS, M. M.; MOREIRA, J. Descolonizar a Psicologia. *Anais da Jornada Acadêmica de Psicologia*, v. 1, 2019.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no brasil. *Resgate: Revista de Cultura*, Campinas, n. 6, p. 17-24, 1996.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires, v. 6, n. 1, jan.-abr. 2000.

RIBEIRO, L. A. C. Biopolítica e colonização: um ensaio em face da política e do poder no Brasil contemporâneo. *Revista Controvérsia*, Calle Concello, n. 2, p.1-18, 2019

SANTOS, A. O. Marcos regulatórios sobre relações raciais e racismo: instrumentos para atuação do (a) psicólogo (a). *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador-Bahia, v. 2, 2015.

SANTOS, A. de O. dos; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500012&lng=en&nrm=iso>.accession 27 Oct. 2020.

<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>.

SCARPARO, H. B. K.; GUARESCHI, N. M. de F. Psicologia social comunitária profissional. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 100-108, 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000500025&lng=pt&nrm=iso>.acesso em 20 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500025>

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017a . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932017000500172&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>

- SCHUCMAN, L. V.; NUNES, S. da S.; COSTA, E. S.. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. *Psicol. USP*, São Paulo , v. 28, n. 1, p. 144-158, Apr. 2017b. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642017000100144&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Oct. 2020. Epub Apr 17, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-6564a20132413>.
- STREVA, J. M. Auto de resistência, biopolítica e colonialidade: racismo como mecanismo de poder. *Revista brasileira de ciências criminais*, n. 138, p. 237-267, 2017.